



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 24/2023

Uberlândia, 15 de março de 2023.

PARECER TÉCNICO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (LAS)			
PROCESSO SLA: 469/2023		Nº DO PARECER VINCULADO AO SEI: 62402379	
SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento			
EMPREENDEDOR: AMAURI BATAGLINI		CPF/CNPJ: 025.725.896-56	
EMPREENDIMENTO: FAZENDA SÃO LUIZ - MAT. 7.333 e 8.012		CPF/CNPJ: 025.725.896-56	
MUNICÍPIO: ESTRELA DO SUL-MG		ZONA: RURAL	
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT/Y: - 18° 52' 2,772" LONG/X: - 47° 41' 30,426"			
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Fator locacional igual a zero (0)			
CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-04-6	Suinocultura com 10 cabeças	NP	0
G-02-08-9	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento com um plantel de 500 cabeças	02	0
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura com área útil de 704,00 hectares.	03	0
G-04-01-4	Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, classificação e/ou tratamento de sementes com produção nominal de 600.000 toneladas/ano.	03	0
G-01-01-5	Horticultura (Floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais aromáticas em uma área útil de 1,0 hectare.	NP	0
G-02-02-1	Avicultura com um plantel de 20 cabeças.	NP	0
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo em uma área de pastagem de 704,00 hectares.	03	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:



Documento assinado eletronicamente por **Amilton Alves Filho, Servidor(a) Público(a)**, em 15/03/2023, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Servidor(a) Público(a)**, em 13/04/2023, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **62402379** e o código CRC **6C51F0EA**.

Referência: Processo nº 1370.01.0011705/2023-61

SEI nº 62402379



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) SLA n.º 469/2023

1.0 Introdução

O empreendedor Amauri Bataglini, Fazenda São Luiz (Matrículas n.ºs 7.333 e 8.012), localizada no município de Estrela do Sul-MG, desenvolve as seguintes atividades: G-02-04-06 - Suinocultura com 10 cabeças; G-02-08-09 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento com um plantel de 500 cabeças; G-01-03-01 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura com área útil de 704,00 hectares; G-04-01-04 - Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes com produção nominal de 600.000 toneladas/ano; G-01-01-05 - Horticultura (floricultura, olericultura fruticultura anual, veveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) em um área útil de 1,0 hectare; G-02-02-01 - Avicultura com um total de 20 cabeças e G-02-07-0 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo em uma área de pastagem de 704,00 hectares. O empreendimento em questão possui fator locacional igual a zero de acordo com as informações prestadas.

No dia 06/03/2023, a consultoria contratada pelo empreendedor formalizou na SUPRAM TM, o processo de licença ambiental para as atividades desenvolvidas no imóvel. Pela DN 217/2017, as atividades desenvolvidas no local são passíveis de licenciamento ambiental simplificado. Assim, o empreendedor apresentou o RAS (Relatório Ambiental Simplificado), com todas as informações necessárias para a análise do licenciamento simplificado. As atividades de maior impacto ambiental são o beneficiamento primário de produtos agrícolas com 600.000 toneladas/ano, criação de bovinos de forma extensiva em uma área de 704,00 hectares, e o cultivo de culturas agrícolas em uma área de 704,0 hectares, ambas classe 03. O confinamento de bovinos de corte com 500 cabeças é classificado como classe 02. As demais atividades (suinocultura e avicultura) são consideradas não passíveis de licenciamento ambiental.

De acordo com o RAS apresentado o imóvel possui uma área total de 706,8410 hectares. No local existe 2,8110 hectares de área construída, sendo a área útil de 704,00 hectares. Para o desenvolvimento das atividades existem 02 famílias residentes no local.

O empreendedor apresentou o CAR (Cadastro Ambiental Rural) para as matrículas do imóvel (Matrícula n.ºs 7.33 e 8.012) com o seguinte número: MG-3124807-C315.7904.FCB1.4670.955E.029B.8BA3.C6DB, com adesão ao PRA (Programa de Regularização Ambiental), foi apontado uma área de 1,7656 hectares de área de reserva legal. O referido imóvel está com o status de "Aguardando análise" na base do SICAR, sendo de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF).



Figura 01 - Limites da Fazenda São Luiz, Estrela do Sul-MG. Fonte: SLA, 2023

De acordo com o RAS apresentado são cultivados milho, soja e sorgo (safra e safrinha) em condições de sequeiro. A palhada que fica no campo é utilizado para pecuária extensiva. Os animais adultos ficam na palhada por cerca de 3 a 4 meses. A atividade de confinamento é provisória com instalação de cochos móveis e todos os resíduos gerados (dejetos) são espalhados nas lavouras não representado risco de contaminação ambiental. O período de confinamento é de cerca de 3 a 4 meses. Os grãos colhidos das safras agrícolas são secos e armazenados na propriedade.

2.0 Principais impactos ambientais apontados no RAS (Relatório Ambiental Simplificado) e medidas mitigadoras

2.1 Sanitário

São gerados cerca de 2,0 m³/mês de efluentes sanitários. De acordo com as informações prestadas os efluentes são destinados para fossa séptica.

2.2 Resíduos sólidos

No item referente aos resíduos sólidos gerados no empreendimento a consultoria listou apenas os resíduos de origem oleosa, sendo armazenado em tambores e destinado de forma inadequada. Assim, será condicionado ao empreendedor o correto destino dos resíduos gerados no empreendimento.

3.0 Pontos de captação de água



No local existe um poço tubular regularizado junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), conforme Portaria de Outorga n.º 1900197/2023.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

4.0 Conclusão

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o **deferimento** da concessão da Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento/empreendedor: **AMAURI BATAGLINI/ FAZENDA SÃO LUIZ**, pelo prazo **de 10 anos**.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados posteriormente aos autos do processo. Não foi realizada vistoria no local, sendo o empreendedor e seu(s) consultor(es) único(s) responsável(eis) pelas informações apresentadas e reproduzidas neste parecer.



ANEXO I

CONDICIONANTES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A comprovação do cumprimento das condicionantes do empreendimento deverá ser apresentada por meio de peticionamento intercorrente no processo **SEI nº 1370.01.0011705/2023-61**

CONDICIONANTES GERAIS

CONDICIONANTE Nº: 1

Descrição da Condicionante:

Dar destinação sanitária e ambientalmente correta para as carcaças de animais, podendo ser feito o enterro em valas ou compostagens, exceto para o caso de animais mortos por doenças de controle oficial, para as quais se faz necessário o acompanhamento do órgão responsável, de acordo com recomendações específicas. Comprovar a destinação adequada por meio de relatório técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Orientações/Recomendações:

Em hipótese alguma o empreendedor pode deixar o animal no ambiente, depositar a carcaça em Área de Preservação Permanente - APP ou Reserva Legal.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Durante a vigência da Licença Ambiental

FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO: Anualmente

PRAZO PARA PROTOCOLO: Apresentar até o dia 10 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO

CONDICIONANTE Nº: 2

Descrição da Condicionante:

Apresentar, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

O relatório deve conter as seguintes informações, apresentadas no formato de tabela:

1. Resíduos (Denominação do resíduo; Origem; classe conforme NBR 10.004, ou a que sucedê-la, e Taxa de geração (Kg/mês) de todos os resíduos gerados);
2. Transportador (Razão Social e Endereço Completo do transportador de cada um dos resíduos) e;
3. Destinação Final (Indicar a forma de destinação*; Razão Social, Endereço completo Nº processo



de licenciamento e validade, dos responsáveis pela destinação de cada um dos resíduos).

***Formas de Destinação:**

- 1 - Reutilização;
- 2 - Reciclagem;
- 3 - Aterro Sanitário;
- 4 - Aterro industrial;
- 5 - Incineração;
- 6 - Co processamento;
- 7 - Aplicação no solo;
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada);
- 9 - Outras (especificar).

Orientações/ Recomendações:

1. Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.
2. Se realizadas doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
3. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos pelo empreendedor, para fins de fiscalização.
4. Observar sobre a facultatividade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, caso o empreendimento esteja indicado no disposto no artigo 2, inciso II da Deliberação Normativa Copam nº 232, de 27 de fevereiro 2019, considerando os prazos estabelecidos pela própria Deliberação.

Orientações/Recomendações:

Obs.: Fica facultado ao empreendedor a possibilidade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, uma vez que os empreendimentos agrossilvopastoris pelo disposto no artigo 2, inciso II da DN COPAM 232/2019, são dispensados.

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO: Resíduos Sólidos

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Durante a vigência da Licença Ambiental

AFERIÇÃO: Outra - De acordo com a operação do empreendimento

FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO: Semestralmente

PRAZO PARA PROTOCOLO: Apresentar até o dia 10 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório

Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta,



formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante; sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa Copam nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.